

Globalização e Desenvolvimento: rumo à nova ordem imperial.

Resultado de Investigação Finalizada.

GT 12 - Globalização, integração regional e sub-regional.

BORJA, Oscar Rodrigo Pessoa
CALDAS, Ricardo Wahrendorff

Resumo

Mapeando os acontecimentos históricos das sociedades contemporâneas, o estudo, por meio de uma reflexão teórica do campo das Relações Internacionais e Ciências Políticas, tem o objetivo de conhecer o hiato (*demandas*) dos brasileiros que participaram das manifestações populares no Brasil, em plena Copa das Confederações 2013, bem como o hiato (*ofertas*) dos representantes do Poder Executivo, Legislativa e Judiciária e da oposição. Assim, teceremos um intenso diálogo sobre os rumos da democracia representativa, a nível internacional, por meio de uma análise histórica sobre a união entre o poder econômico e poder político contra as forças que não querem ser dominadas (multidões); analisando o embate de forças inerentes e transcendentais à multidão para compreendermos a dinâmica e o funcionamento do império.

Palavra Chave: Globalização. Democracia Pura. Império.

Introdução

A globalização da chamada terceira revolução industrial, ou revolução do conhecimento, não é boa nem má, mas está sendo corrompida por um comportamento hipócrita que não constrói uma ordem justa, que proporcione condições dignas a todos os indivíduos, nem um mundo com menos conflitos; sintetizou o *mainstream* norte-americano Joseph Stiglitz (2002). Com base nessa situação paradoxal, o estudo fará um debate intelectual no campo das Relações Internacionais e das Ciências Políticas através das dimensões econômica, social e biopolítica, visando aprofundar a análise dos impactos (positivos e negativos) dos meios e forças de produção na democracia brasileira.

A partir do estudo empírico das manifestações de rua, na Copa das Confederações do Brasil em 2013, analisam-se as principais bandeiras levantadas pela sociedade brasileira. A pesquisa de campo objetivou analisar a possibilidade de consolidação de uma quarta onda, aqui chamada de “Democracia Pura” (Vasconcelos, 2007). Defende-se no estudo que uma possibilidade operacional de sustentação dessa nova onda de democratização poderia ser construída a partir de um contra império (Hardt & Negri, 2012), ou seja, uma organização política apartidária, alternativa às estruturas exclusivas da elite, que evoluam concomitantemente com a globalização econômica, visando novas possibilidades de resolução dos problemas de caráter nacional (corrupção, injustiça social, falta de serviços públicos, etc.) e global (redução da camada de ozônio, desertificação e seca, perda da biodiversidade, terrorismo, tráfico, capitais ilícitos, corrupção transfronteiriça etc.).

Embora as alternativas dentro do império sejam mínimas, uma vez que existe uma grande minoria que controla a riqueza e uma grande multidão (Hardt & Negri, 2005) que vive nos limites da pobreza, sustentamos que a democracia ainda é a melhor forma de liderança no atual processo de internacionalização econômica, mas se rejeita à liderança da elite. Para Vasconcelos (2007) esse

¹ Artigo a ser apresentado no *XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología ALAS*, realizado em Santiago do Chile de 29 a 4 de outubro de 2013.

processo ocorreria com a participação política pela auto-habilitação do interessado e não pela intermediação partidária. Assim, frente aos fatos históricos² que rondam as iniquidades no Brasil, solicitamos que os participantes da pesquisa enumerassem de 1 a 10 suas principais queixas. O objetivo aqui é verificar a média geral do somatório dos itens 1,2,3 da escala das principais queixas dos manifestantes.

Tabela 1: Dimensões e variáveis do estudo

Dimensão	Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	Corrupção	70	62	83	48	35	14	8	0	0	0
		21,87	19,37	25,93	15	10,93	4,37	2,5	0	0	0
Ações Anti Democráticas e Corrupção	Voto	0	0	7	4	12	16	33	73	72	103
		0	0	2,187	1,25	3,75	5	10,312	22,812	22,5	32,18
	Fiscalização	5	18	20	31	28	40	20	59	47	52
		1,562	5,625	6,25	9,68	8,75	12,5	6,25	18,4375	14,68	16,25
	Transporte público	28	33	40	32	29	103	18	34	3	0
		8,75	10,31	12,5	10	9,0625	32,1875	5,625	10,625	0,937	0
Injustiça/ Direito	Distribuição dos recursos	15	11	12	16	40	91	60	79	24	9
		4,687	3,437	3,75	5	12,5	28,4375	18,75	24,6875	7,5	2,815
	Representatividade	37	29	32	48	69	27	40	22	30	16
		11,56	9,062	10	15	21,5625	8,4375	12,5	6,875	9,375	5
	Organização social.	12	15	14	27	36	12	110	48	43	3
		3,75	4,687	4,375	8,4375	11,25	3,75	34,375	15	13,43	0,93
Biopolíticas	Educação/ Saúde	68	53	53	52	49	3	12	2	0	0
		21,25	16,56	16,56	16,25	15,3125	0,9375	3,75	0,625	0	0
	Privacidade/ Controle	2	6	3	9	12	2	16	3	11	13
		0,6	1,8	0,9	2,81	3,75	0,62	5	0,93	34,	42,

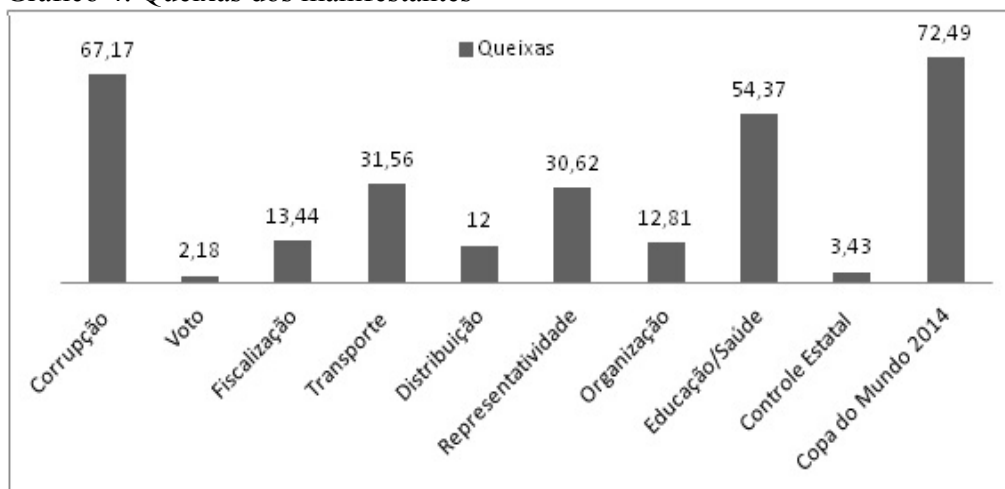
² O historiador Huntington (1994) ressalta que essa hipótese histórica, na verdade, é uma grande possibilidade. Por isso, no artigo, faremos um corte temporal na história de sistemas coloniais, sistemas imperialistas, geoeconomias e geopolíticas, com o objetivo de não cometer um duplo equívoco: confundir globalização e neoliberalismo e subestimar as transformações existentes no ordenamento internacional ocorridas desde o final do século XIX até nossos dias.

	Estatal	25	75	37	25		5		75	68	81
Copa do Mundo de 2014	Copa do Mundo de 2014	83	93	56	53	10	12	3	0	0	0
		25,93	29,06	17,5	16,5625	3,125	3,75	0,9375	0	0	0

Fonte: Pesquisa de Campo entre 14 e 21 de Junho de 2013

Os manifestantes são em sua maioria estudantes (92%), residente no plano piloto de Brasília (66%) e de idade entre 16 e 30 anos, (88%). Para analisar as queixas dos manifestantes com o perfil acima, o estudo sistematizou no gráfico abaixo as três principais queixas.

Gráfico 4: Queixas dos manifestantes



Fonte: Pesquisa de Campo entre 14 e 21 de Junho de 2013

Para compreender a evolução dessa nova realidade, a qual transbordou do virtual para o mundo real, no primeiro tópico, busca-se examinar três ondas³ do projeto democrático inacabado da Modernidade, desde o final do século XIX até a era da globalização, tendo como fio condutor o livro “A terceira onda: a democratização no final do século XX”, de Samuel Phillips Huntington, 1994.

Nesse sentido, acredita-se que com a análise da abordagem crítica e realista de Vasconcelos (2007) e com os caminhos de contra império presentes no livro “Império” de Hardt e Negri (2012), pode-se vislumbrar novas alternativas para pensar as categorias de democracia (a globalização é benéfica à democracia, é um obstáculo, além da esquerda e da direita), a uma nova dinâmica dos processos e ciclos do saber, que organizam a multidão (Hardt & Negri, 2005) frente às discussões em torno da formulação de políticas públicas de educação, saúde, habitação, previdência e assistência social.

Com uma perspectiva histórica, filosófica, cultural, econômica, política e antropológica, o artigo nos mostrará que o poder do império se generalizou no espaço e no tempo, assumindo o controle sobre as multidões (estrutura jurídica mundial). Por isso, qualquer tentativa de libertação para consolidação da quarta onda *Democracia Pura* (Vasconcelos, 2007) poderia ser a partir da superação da democracia representativa e do sistema político-partidário, tendo a internet como principal ferramenta para a criação de novas estruturas políticas internas e externas das sociedades.

Ondas de um projeto democrático inacabado da modernidade

³ Segundo Huntington (1994), uma onda de democratização é mais que a derrubada de regimes democráticos, é uma transição desse regime para mais democracia.

A crise que a democracia enfrenta hoje é fruto não somente das consequências de um regime de produção dos fluxos globais de capital, mas também de uma crise subjetiva, por meio da lógica cultural. Por isso, refletir acerca das polaridades intelectuais do próprio conceito de democracia (*demo* povo e *cracia* governo), ou seja, governo do povo, já é em si um desafio que transcende seus contornos atuais, principalmente porque existe uma grande ambivalência e incerteza nas formas de perceber o fenômeno da globalização como neoliberalismo, mundialização do capital, governo mundial, empresas transnacionais, comunidade mundial benéfica à democracia e obstáculo à democracia.

Avançamos no conceito de democracia, inspirados em Schumpeter (1984), para quem a democracia é um mecanismo de seleção de governantes e em Huntington (1994) que diz que a democracia é um processo da realidade moderna e contemporânea responsável pelas decisões coletivas, periódicas, livres, honestas e participativas em que há liberdades civis, como os direitos de expressão e de organização. Conceituamos democracia como autogoverno de cidadãos sem intermédio de grupos ou minorias organizadas, ou seja, os cidadãos, diretamente, podem decidir os seus destinos, o destino da nação e dos assuntos nacionais (Vasconcelos, 2007).

Sem negar o mérito de algumas críticas⁴ à globalização, conceituamos esse fenômeno não como um estado e sim como um processo radicalmente incerto e ambivalente de trocas econômicas e culturais, intrínsecas ao fenômeno do neoliberalismo (Caldas, 1998). Nesse sentido, abordamos a globalização como a racionalização do espírito capitalista, ou seja, como um embate de forças nas relações globais de poder.

Conceituamos império com base nos autores Hardt e Negri (2012). Para os autores o império é a capacidade de definir as demandas de intervenção e mobilizar forças para a resolução dos arranjos em crise. Pode-se então perguntar: quais os valores que legitimaram o atual modelo imperial de autoridade que estamos assistindo em um mundo global como esse? Quais as formas sociais totalizantes do império que impulsionaram a existência de ondas de democratização e, conseqüentemente, a expansão do capital? Para refletir sobre essas questões, podemos examinar três ondas do projeto democrático inacabado da Modernidade (Huntington, 1994), que modificaram nossa relação com o espaço e com o tempo em direção à expansão da globalização.

A primeira grande onda de democratização, mais longa, de 1828 a 1886, surge no começo do período moderno, e tem suas raízes nas Revoluções Americanas, de 1776, e Francesa, de 1789. Nesses quase 100 anos, 33 países se democratizaram na busca de uma solução para o que Hobbes (1983) chama de estado de guerra de todos contra todos. Para Hobbes (1983), o soberano é o único detentor legítimo da violência e seus súditos devem obedecer aos poderes do soberano. É possível visualizar essa teoria na prática, através do chamado neocolonialismo do século XIX, ou capitalismo tardio, o qual é marcado pelo expansionismo dos capitais oligopolistas e monopolistas, que vinculavam os Estados às burguesias nacionais e pela mão-de-obra, consequência do modelo fordista.

Com o fim da I Guerra Mundial, emerge na onda de democratização uma reversa, de 1922 a 1942, consequência de uma desordem no desenvolvimento capitalista da produção industrial. Com a difusão do taylorismo, que permitiu novos níveis de produtividade, uma grande crise eclode, em 1929, consequência do superinvestimento capitalista e subconsumo proletário; o que acelera a organização e o exercício do poder social a nível intercontinental, constituindo a trindade do moderno Estado de bem-estar social democrático: “uma síntese de taylorismo na organização do trabalho, fordismo no regime salarial e keynesianismo na regulamentação macroeconômica da sociedade” (Hardt & Negri, 2012, p. 263).

⁴ Para Batista (1998), economista e professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, a globalização não passa de uma construção ideológica das Escolas de Administração dos Estudos Unidos ou mítica, uma vez que os fluxos de comércio e de capital concentram-se nos países desenvolvidos. O antropólogo argentino contemporâneo Canclini (2000), alega que a globalização é uma estratégia de macroempresas para reordenar o mundo na segunda metade do século XX.

O modelo do *New Deal* (resposta à crise de 1929) foi a mais alta forma de governo disciplinar, subordinada a um comando do capital e do Estado para manter a aplicação de acordos globais contratados. Apesar de interrompido, pelas Guerras Mundiais, após 1945, o sistema internacional deu início à segunda onda de democratização, mais curta, de 1943 a 1962. Nesse período, a nova forma de organização social, tornou a globalização um processo irreversível⁵ (Ianni, 2008), uma vez que as economias capitalistas de maior ou menor envergadura e duração unificam-se à escala mundial de acordo com o modelo Norte Americano, construído pelo *New Deal*. Com o uso indisciplinado e impreciso da palavra democracia, as intervenções agora não estão baseadas só no direito, mas em princípios éticos superiores, legitimados por valores universais que pairavam sobre o credo democrático.

O Brasil começa sua trajetória democrática na segunda onda, em 1946, num período onde a forma de organização do mundo pós-guerra passa a criar um caráter mais global. Esse período inicia à disputa entre a representação política socialista e a representação liberal e constitucional. Entre os anos 1960 e 1970 uma série de países em desenvolvimento, da América Latina, Ásia e África começaram seu processo de democratização, mostrando que a globalização – em termos mais apropriados, o “*Estado Disciplinar Global*” (Hardt & Negri, 2012, p. 265) modifica a racionalização contábil moderna dos Estados nacionais dos países industrializados e não industrializados em relação à noção da soberania.

Para os socialistas, a democracia deveria ser constituída de baixo, visando neutralizar o monopólio Estatal. Porém, apesar do início promissor, os caminhos da política socialista não prosperaram, pois à medida que a revolução industrial prosperava no século XX, os operários eram desabilitados. Para Weber (1989) a organização socialista do trabalho correspondia à mesma forma de organização capitalista. Mesmo que o socialismo tenha se instalado na Alemanha Oriental, é válido ressaltar que a reestruturação completa da organização capitalista, a nível internacional, foi inevitável. Destaca-se nesse momento o papel do GATT (*General Agreement on Tariff Trade*)⁶, que visou conter o comunismo, evitar novas guerras e eliminar possíveis restrições ao intercâmbio (comércio) entre as nações.

Para Amaral e Caldas (1998) o GATT, hoje OMC (Organização Mundial do Comércio), é uma das organizações internacionais mais bem sucedidas a cabo de seus objetivos. O otimismo quanto às possibilidades de negociações, no contexto global, é contido por Stiglitz (2002), ao argumentar que a cartilha do pacote cultural-ideológico do sistema neoliberal dos Estados Unidos, pós-Segunda Guerra Mundial, é o responsável pelo descompasso entre o retorno social e o privado.

Assim, à luz da inovação tecnológica do século XXI, é importante refletirmos sobre a possibilidade de avançar na terceira onda de democratização, em um processo de autohabitação. Para Vasconcelos (2007), a terceira onda não perdurará por muitos anos. Com o desenvolvimento da comunicação, a internet passa a ser a ferramenta principal da Democracia Pura.

Ocupação do Congresso Nacional Brasileiro em plena Copa das Confederações de 2013

⁵ Batista (1998) argumenta que é preciso atentar para a história da racionalidade inserida na trajetória do capitalismo, pois a ideia de irreversível (Ianni, 2008), legitima a desresponsabilização política em todos os níveis dos atores sociais, em face a eventuais consequências negativas do processo de Globalização.

⁶ O GATT foi criado pelo Sistema de Bretton Woods, que defende: ajuste fiscal, austeridade, redução de gastos, liberalização comercial, conversibilidade da moeda, estabilidade. “Um ponto interessante do GATT é que, juridicamente, ele não tem membros, mas partes contratantes e nos acordos as Partes Contratantes significa todos os “membros”” (Caldas & Amaral, 1998, p.134).

Diante da gradual mudança paradigmática nas formas e processos de produção e reprodução social, que determinaram a atual sociedade da informação⁷, na era do capitalismo cognitivo, o estudo questiona: será que o Brasil está próximo da quarta onda de democratização? Na busca de novas conquistas e da manutenção da estabilidade do regime democrático, em plena Copa das Confederações de 2013 a representação democrática brasileira é questionada nas ruas por jovens compartilhando das mesmas inquietudes sociais: exigência de novos padrões e comportamentos dos agentes políticos e econômicos.

Auscultando os debates pela internet, sem grupos intermediando esse processo, os cidadãos raciocinando livremente por novas condições sociais, clamaram uma nova forma de democracia no Brasil. Tal como em Paris, em 1968, quando a França vivia em pleno *Les Trente Glorieuses*, o clamor dos jovens brasileiros materializou-se quando os cidadãos, agindo diretamente contra o aumento de tarifas de transporte coletivo, no ano de 2012, em Natal, saíram às ruas e lutaram por um país onde as aspirações fossem reconhecidas pelos governantes. Tendo o nordeste do Brasil como exemplo, os protestos, capitaneados pelo Movimento Passe Livre (MPL), no início de 2013, com a presença de jovens das classes A e B, se espalharam por outras grandes cidades brasileiras, como Belém, Curitiba, Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. É válido ressaltar que mesmo sem a cobertura da mídia jornalística, no início das manifestações, a convulsão social ganhou força ao longo do primeiro semestre de 2013 através das mídias sociais.

No dia 17 de junho, a revolta, sem a atuação de partidos ou grupos políticos, chega ao seu ápice pelas ruas das cidades brasileiras, em especial nas capitais onde haverá jogos da Copa do Mundo. Em Brasília, a multidão (Hardt & Negri, 2005) ocupou a Esplanada dos Ministérios e o teto do Congresso Nacional, em gesto simbólico semelhante ao de 1984, quando das Diretas Já. É válido destacar que os grupos midiáticos começaram a cobertura, ao vivo, dos protestos apenas após agressões direcionadas à imprensa pela opinião pública nas redes sociais e pelas pressões estrangeiras.

Queixas: ações antidemocráticas e corrupção

Constata-se, do exposto, que o paradigma econômico passou por modificações na produção: do primário (agricultura) para o secundário (indústria) e, desse paradigma, para o terciário (serviços, conhecimento). Contudo, essas modificações nas estruturas de produção dos sistemas econômicos não são guiadas segundo um plano consciente, algo como a teoria conspiratória da globalização, mas por modificações na distribuição e utilização da riqueza (Furtado, 2000). Então, como fiscalizar a distribuição e utilização da riqueza?

Para 13,44% dos participantes da pesquisa os atuais mecanismos de fiscalização da população deveriam ser melhorados, pois só assim seria possível combater a corrupção. Esse sintoma de debilidade das instituições no Brasil é apontado pelos pesquisados através da insatisfação com a Proposta de Emenda Constitucional, PEC 37. A proposta proíbe o Ministério Público de conduzir investigações de qualquer natureza.

Como na democracia representativa, o cidadão tem um falso controle, uma vez que o controle real fica restrito a departamentos, 67,17% dos pesquisados acreditam que as manifestações mostraram aos políticos que não é mais aceitável o atual nível de corrupção no país.

⁷ Quando se fala em revolução tecnológica, centrada na informação, em termos gerais, não podemos deixar de citar a ousada trilogia: “*A era da informação: economia, sociedade e cultura*,” proposta por Manuel Castells, de 2005, a qual será aprofundada no segundo tópico. Castells (2005) afirma que a Revolução da Tecnologia da Informação, no século XX, é, no mínimo, um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial, do século XVIII, provocando um padrão de descontinuidade nas bases da economia, sociedade e cultura.

Cumpra indagar: seria a obrigatoriedade do voto uma atitude antidemocrática? Apesar da maioria dos manifestantes responderem: “sim”, apenas 2,18% dos pesquisados estão nas ruas por essa reivindicação. Apesar de não ser uma prioridade nos protestos, a queixa aqui recai sobre o falso sistema de representação social, bem como as subjetividades construídas no plano imaginário do processo eleitoral brasileiro, que restringem e eliminam, na prática, as oportunidades de expressão de liberdade (SEN, 2000). Pergunta-se: se é democrático, porque a obrigatoriedade de votar?

Não há dúvida que a democracia representativa, do final do século XX, funcionou. Porém, as perspectivas de análise dessa passagem mostram-se bastante limitadas. No Brasil, em específico, as manifestações populares conhecidas como Diretas Já, no ano de 1984, representam um movimento que expulsou a dominação autoritária, mas o salto esperado da libertação não aconteceu, devido à expansão e intensificação de novas estruturas de representação. A lógica de libertação imaginada, não abriu de fato os caminhos da liberdade, pelo contrário, com a queda do modelo fordista, da década de 1980, o projeto de libertação política indicou a transição instantânea para a representação, como um reflexo do *Império*.

Queixas: injustiça e direito

Nas manifestações, os cartazes questionavam: até quando continuaremos entregando procurações aos políticos para agirem em nosso nome? É fato que a globalização impacta a todos, proporciona maior intercâmbio global e aumento da riqueza, mas quem, senão os pobres, indispensáveis à riqueza comum, são os principais responsáveis pelo atual desenvolvimento da riqueza entre as nações? Partindo desse fato, 12% dos pesquisados estão nas manifestações lutando pelo direito de decidir sobre a distribuição dos recursos.

Uma vez que as multidões são as responsáveis pela produção da riqueza, pergunta-se: Por que um grupo organizado como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), mesmo que não sejam eleitas, influenciam nas decisões domésticas dos países, ao expandir o novo regime de acumulação financeira e mundialização do capital (Chesnais, 1995), baseada nas redes de telecomunicações e dos sistemas de informação (Castells, 2005)? A resposta está na globalização atual, que se difere das demais, pois, agora, os conglomerados privados, tal como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) assumem poderes econômicos, políticos e militares, de igual ou maior envergadura que os Estados-nação soberanos⁸, exigindo maior reflexividade na ação dos *policy makers*⁹ diante do complexo sistema de organização social em escala planetária.

A partir do questionamento e de uma breve revisão da história política econômica nacional e internacional, na perspectiva da “Democracia Pura” (Vasconcelos, 2007), questiona-se: até que ponto existe uma representatividade no Brasil? Segundo Vasconcelos (2007), para responder ao questionamento sobre representatividade, três aspectos devem ser analisados: jurídico, político e técnico. De acordo com Vasconcelos (2007), para que houvesse representação, o político deveria cumprir somente o que o representado, cidadãos, estabelecesse na procuração. Um político significa milhares de procurações, sendo impossível o eleito representar todos os interesses. Se os brasileiros fossem representados em sua essência, por que quase 1/3, 31,56% dos pesquisados responderam sentir-se excluídos socialmente devido à precariedade do transporte público?

⁸ Todavia, é válido ressaltar que as características econômicas e políticas de país para país, variam com o grau de participação do Estado nas estruturas sociais.

⁹ Com a perda da Guerra do Vietnã, pelos EUA, Nixon desvincula o dólar do padrão ouro e a ordem que dominava o mundo se desfaz. Portanto, a crise “é para o Capital uma condição normal, que indica não o seu fim, mas sua tendência e seu modo de operar. A construção do imperialismo pelo capital, e sua marcha para além dele, são dados do complexo jogo entre limites e barreiras” (Hardt & Negri, 2012, p. 242).

Queixas: biopolíticas

Para 12,81% dos pesquisados, é preciso uma nova forma de organização social. Hoje a forma de organização social é regida pelos efeitos do biopoder, que agem diretamente nos corpos, cérebros e sentimentos das massas¹⁰. Ao longo da história, especificamente na era da soberania Imperialista, percebe-se que a sociedade internacional esteve disciplinada por meio dos poderes militar, tecnológico, econômico, político, ambiental e social. Foucault (2008) geralmente se refere à disciplinariedade como sinônimo de poder, o qual não está no Estado, mas no corpo social como um todo.

Assim, a nova forma de organização social, na era da informação, poderia ser formada por uma organização social exercida no ceio das máquinas, que através de redes, podem normatizar e regular a Democracia Pura nas práticas diárias e comuns. Mas como funcionaria essa nova organização social? Estruturado na obra “Democracia Pura” (2007), o professor Vasconcelos apresenta as redes flexíveis e flutuantes como ferramentas para operacionalizar essa nova forma de organização social. Com um chip/senha, o cidadão poderia priorizar seus interesses através de votação eletrônica, assim como já ocorre com o sistema eletrônico do imposto de renda.

Para 54,37% dos pesquisados, o governo deveria ter priorizado a educação e a saúde, ao invés da Copa do Mundo de 2014. Se existe tanto dinheiro público para construir estádios, por que esses recursos não foram priorizados para a educação/saúde? Como fora dito, na era do poder subjetivo, quem controla o conhecimento, a comunicação e a linguagem, controla as redes flutuantes. Assim, como no período romano do pão e circo, os governos sabem que a educação/conhecimento e a saúde/corpo configuram-se no êxito central do funcionamento do império. Essas análises restabelecem, na sociedade, o reino da biopolítica, não apenas em seus aspectos intelectuais existentes nas profundezas da consciência, mas de corpóreos, o que impacta diretamente a produção e reprodução dos princípios democráticos.

Através da interdependência dos laços globais, podemos afirmar que a nova economia da informação provocou modificações nas formas de produção da vida, tanto em termos econômicos e monetários, como também em termos físicos e subjetivos. Por isso fora inserida no questionário a variável “Perda de privacidade/controlado Estatal”. Apesar dessa ser uma variável altamente relevante para analisarmos o regime político em que a soberania é gerada por redes de poder, apenas 3,43% estavam nas manifestações por essa razão.

Queixas: Copa do Mundo de Futebol de 2014

A pesquisa mostrou que 72,49% dos manifestantes, sua grande maioria, estavam nas ruas contra a priorização dos recursos públicos na Copa do Mundo de 2014. Para analisarmos essas percepções, faz-se necessário compreender as consequências desses novos elementos do corpo biopolítico e soberano da máquina imperial. A questão de fundo da dimensão “Copa do Mundo de 2014” é o problema da legitimação da nova ordem mundial. Para Hardt e Negri (2012) o setor hegemônico da indústria de comunicação pode ser percebido como um campo de legitimação da biopolítica, na formação de uma cultura universal, a qual pretende apresentar um projeto de cidadania global para administrar conflitos.

¹⁰ Nesse contexto do capitalismo pós-fordista, onde o poder atua em toda a vida do sujeito, é importante entender a diferença entre os termos biopoder e biopolítica. O biopoder se encontra no controle das redes de produção, das profundezas da consciência e dos corpos das multidões. Já a biopolítica é o espaço de lutas e resistências produtivas do biopoder, a qual não está vinculada a um território ou a um Estado-nação, pois sua lógica não apresenta barreiras fixas em fronteiras definidas.

No gerenciamento dos conflitos, os inimigos do império são expostos a intervenções não apenas militares (guerras justas), mas moral e jurídica. Por isso, é preciso cautela quando nos referimos à globalização cultural e de valores, visto que a mesma pode ser uma força letal na mediação dos novos traços conflituosos. Antes da confirmação do Brasil como país-sede, em 2007, o governo garantiu que a Copa do Mundo seria realizada com recursos privados. Porém, a última Matriz de Responsabilidade da Copa, abril de 2013, mostra que o custo atual da Copa do Mundo já está em 25,5 bilhões, superando a Copa da Alemanha 10,7 bilhões e da África do Sul 7,3 bilhões.

Dos gastos com o torneio, apenas 16,5% vem da iniciativa privada e 83,5% do dinheiro público. Se o evento da Copa do Mundo fosse financiado pela iniciativa privada, conforme anunciou o governo do ex-presidente Lula, essas manifestações existiriam? Teriam elas essa mesma repercussão e intensidade?. O fato é que esses gastos com a Copa foram à gota d'água para as manifestações, uma vez que os custeios dos estádios provêm de impostos dos contribuintes. Percebe-se com esses dados que embora o império possa ter desempenhado a eliminação do imperialismo, o mesmo constrói sua própria noção de valor e cultura no contexto internacional com base na exploração das multidões, contribuintes.

Como visto, há uma grande diferença entre os impérios do passado e o atual, o qual não possui imperador. Nos dias atuais, um grupo organizado como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), pode ter mais força que toda uma multidão desorganizada (Hardt & Negri, 2005). Com o avanço tecnológico, os sujeitos sociais passam a ser produtores e produtos de uma nova e articulada rede global de produção, gerando uma crise perceptiva ao reduzir e expulsar do seu discurso a ética e os valores que incitem a cooperação. Tal crise se aplica à visão fragmentada do mundo e aos modelos concentradores de renda pela burguesia; o que contribui com as desigualdades internacionais.

Poderes: respostas às queixas

Para Castells (2005) esta nova sociedade em rede é como "um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado" (Castells, 1999, p. 22). Partindo desse conceito, faz-se necessário compreendermos a resposta do governo brasileiro às queixas dos manifestantes. No nível dos Estados, no dia 19 de junho de 2013, governador Geraldo Alckmin e o prefeito Fernando Haddad anunciam que as tarifas dos transportes públicos voltaram a sofrer reajuste, passando de R\$ 3,30 para os anteriores R\$ 3,00 cobrados.

No dia seguinte, a presidente do Brasil cancela uma viagem internacional e convoca, no Palácio do Planalto, alguns ministros para decodificar as principais queixas dos manifestantes. Com mais de 1,3 milhão nas ruas de 140 cidades, na sexta-feira, dia 21 de junho de 2013, a presidenta Dilma Rousseff faz pela primeira vez um pronunciamento oficial, em rede nacional de rádio e televisão. Reconhecendo no discurso, a presidenta fala sobre a enorme frustração com a contrapartida às expectativas sociais dos brasileiros e diz à nação que as vozes das ruas serão ouvidas e terão uma resposta, a qual aconteceu na segunda-feira, dia 24 de junho de 2013.

Em entrevista coletiva no dia 25 de junho de 2013, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), preocupado tanto ao bônus da democracia, quanto aos ônus, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, alerta que os meios utilizados pelos governantes para o funcionamento da sociedade do controle não podem ser resolvidos em cúpulas. Se há anos, o Congresso vem discutindo reforma política, será que agora, se pode acreditar na casa? É preciso perceber na prática, os verdadeiros interesses da democracia brasileira, que até o momento apenas construiu um sujeito dócil politicamente e útil economicamente.

Para o Presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, a democracia brasileira está madura, e precisa apenas de decisões certas. De acordo com o presidente não é mais admissível que as decisões sejam de cúpula, por isso é preciso fazer uma consulta popular para apreciar uma emenda

constitucional com uma reforma política. Poder incluir na reforma, um sistema de *recall* eleitoral, assim como já ocorre nos Estados Unidos.

Para os opositores a presidente Dilma Rousseff atropelou o Congresso. De acordo com os presidentes dos partidos de oposição Aécio Neves (PSDB-MG), Agripino Maia (DEM-RN) e Roberto Freire (PPS-SP) as respostas aos apelos das ruas devem ser respondidas sobre três pilares: transparência e combate à corrupção; ética e democracia; pacto federativo e defesa de mais recursos para Saúde, Segurança e Educação.

Posto que o crescimento econômico da última década não diminuiu nem a desigualdade no Brasil, nem a mobilidade social, questiona-se: até que ponto essas medidas não são um esforço político para maquiagem, a nível nacional e internacional, um direito que no cotidiano social brasileiro não existe? Porém, uma coisa é possível inferir, o poder transformador da opinião pública brasileira mostrou sua voz novamente nas manifestações de 2013 contra o funcionamento da Democracia Representativa no Brasil, podendo indicar o início da construção de um sujeito menos dócil politicamente e mais útil socialmente.

Conclusão

O presente artigo procurou analisar o atual estágio da democracia no Brasil visando compreender as mudanças, limites e possibilidades de emancipação da multidão (HARDT; NEGRI, 2005) brasileira dentro de entidades híbridas e flexíveis. Com base no arsenal conceitual desenvolvido sobre Democracia Pura (Vasconcelos, 2007) e diante da abordagem interdisciplinar do militante italiano Toni Negri, estudioso da obra de Michel Foucault e do filósofo norte-americano Michael Hardt, estudioso de Deleuze, a pesquisa buscou desdobrar os objetivos que regem diretamente a natureza humana, o desenvolvimento individual e a vida social diante do império.

Ao analisar o hiato entre a demanda e a oferta, o estudo refutou a hipótese que a principal queixa era o alto nível de corrupção (67,17%). A principal queixa sintetizada no gráfico foi o elevado gasto com a Copa do Mundo de 2014 (72,49%). Esse dado mostra dois fatos: (1) os brasileiros não aceitam mais a política do pão e circo e (2) o bônus das relações econômicas no Brasil, ainda é para poucos indivíduos e grupos como a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), enquanto o ônus é extremamente nocivo (destruição socioeconômica, política e cultural, miséria, fome, lutas nacionalistas, segregação racial e social) para a grande multidão (Hardt & Negri, 2005). Em 2007, o então presidente da CBF, (Confederação Brasileira de Futebol), Ricardo Teixeira, garantiu que para a organização do Mundial da Copa do Mundo no Brasil não haveria recursos públicos. Anos futuros, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) criou linhas de crédito para financiar a construção de arenas. Em que momento os cidadãos brasileiros puderam opinar sobre essa decisão de interesse nacional?

Se a globalização logrou êxito em algumas partes do mundo, a distribuição dos benefícios dessa economia da informação não foi “justa” (Stiglitz, 2002), uma vez que a extrema selvageria do capitalismo financeiro aumentou a disparidade de renda entre as sociedades com baixo nível de qualificação, gerando um novo problema a distribuição de renda tanto nos países receptores (países em desenvolvimento e Estados falidos) quanto nos de origem (países desenvolvidos). Nesse momento, não dispomos de um modelo que solucione os problemas sociais na prática, pois quando o *Império* valoriza o que é prioritário e o que não é tudo se torna mais difícil. Por fim, concluiremos, ressaltando os autores Negri e Hardt (2012) e Vasconcelos (2007) que para afirmar a semente de transformação foi plantada para 2018, porém só a multidão, atuando diretamente nas relações sociais, econômicas e políticas é que poderá impor uma biopotência coletiva para reestabelecer a noção de bens públicos nacionais e globais.

Referências

- Batista Jr., P. N. (1998). *Os Mitos da 'Globalização. Estudos Avançados*. Vol. 12. (nº 32 janeiro/abril).
- Caldas, R. W. & Amaral, C. A. do (1998). *Introdução à Globalização: noções básicas de economia, marketing & globalização*. São Paulo: Celso Bastos Editor.
- Canglini, N. G. (2000). *La globalización imaginada*. Paidós, Barcelona.
- Castells, M. (2005). *A sociedade em rede. 8. ed. A era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I. São Paulo: Paz E Terra.
- Chesnais, F. (1995). *A globalização e o curso do capitalismo de fim de século*. Campinas: Economia e Sociedade, (nº 5).
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. (34ª ed.). São Paulo.
- Dahl, R. A. (1997). *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Hobbes, T. (1983). *Leviatã. Os Pensadores*. (3ª. ed.). São Paulo: Abril Cultural.
- Huntington, S. P. (1994). *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. SP: Editora Ática.
- Foucault, M. (2008). *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Furtado, C. (2000). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Galvão, A.; Silva, G. & Cocco, G. (2003). *Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.
- Hardt, M. & Negri, A. (2012). *Império*. (2ªed.). Record: Rio de Janeiro.
- Hardt, M. & Negri, A. (2005). *Multidão, guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record.
- Ianni, O. (2008). *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. Companhia das Letras, São Paulo-SP.
- Sartori, G. (1994). *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. Vol. 1. [s. l.], Editora Ática.
- Stiglitz, J. E. (2002) *A Globalização e seus Malefícios*. São Paulo: Futura Editora.
- Schumpeter, J. (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Weber, M. (1989). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.